

Dossiê: O Brasil, a América Latina e a Segunda Guerra Mundial

<https://doi.org/10.34019/2594-8296.2025.v31.49222>

Recursos minerais como ativo estratégico do Brasil e o paradigma norte-americano na Segunda Guerra Mundial: revisão do pensamento econômico militar*

*Mineral resources as a strategic asset of Brazil and the North American paradigm during
Second World War:*

A review of military economic thought

*Recursos minerales como activo estratégico de Brasil y el paradigma norteamericano en
la Segunda Guerra Mundial:
revisión del pensamiento económico militar*

Bernardo Rocha Carvalho**

<https://orcid.org/0000-0001-8365-9959>

RESUMO: No Estado Novo, regime sustentado pelo equilíbrio instável entre elementos civis e militares, o Estado brasileiro assume a direção de setores da economia considerados estratégicos, como a mineração e a siderurgia. Almejava-se alcançar maiores graus de independência econômica, mas a aliança militar com os Estados Unidos nos momentos iniciais da Segunda Guerra significou o aprofundamento da dependência do capital externo no processo de industrialização do Brasil. Na formulação da política econômica do regime, os militares participaram com destaque, e a revisão pela qual passou, em geral, o pensamento econômico das forças armadas é aqui analisada com base em documentação primária, com ênfase no papel desempenhado por Juarez Távora, oficial do Exército que foi um dos protagonistas do debate sobre o futuro da exploração mineral no país. O artigo conclui que a dualidade entre nacionalismo e dependência externa se expressou particularmente nos debates sobre recursos naturais e seu caráter estratégico, e consistiu em um dos eixos de formação e evolução de um pensamento econômico militar.

* Este artigo corresponde a versão revisada e adaptada do sexto (e último) capítulo da tese de doutorado intitulada *Política e minério de ferro na formação do nacionalismo econômico brasileiro no período entreguerras*, defendida em julho de 2024 no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A pesquisa contou com o financiamento da CAPES por meio do Programa de Excelência Acadêmica. Agradeço aos três avaliadores anônimos deste artigo por seus respectivos pareceres e sugestões. Também sou grato ao professor Stanley Hilton, que ao responder com grande solicitude aos meus e-mails, me estimulou a continuar a pesquisa.

** Doutor em História pela UFMG, bolsista de Desenvolvimento em Ciência, Tecnologia e Inovação da FAPEMIG no projeto “Sistema Multiusuário do Centro de Memória Cultural do Sul de Minas: Documentação, Conservação, Oralidade e Imagens”, da Universidade do Estado de Minas Gerais, unidade Campanha. brc.his@proton.me.

Palavras-chave: Recursos Minerais; Estado Novo; Segunda Guerra; Juarez Távora; Relações Brasil-Estados Unidos.

ABSTRACT: Under the Estado Novo regime, supported by the unstable balance between civilian and military elements, the Brazilian state took control of strategic sectors of the economy, such as mining and steel. The aim was to achieve greater economic independence, but the military alliance with the United States during the early years of World War II deepened the reliance on external capital in Brazil's industrialization process. The military played a prominent role in shaping the regime's economic policy, and the article analyses the revision of economic thought within the armed forces, based on primary documentation, with a focus on Juarez Távora, an Army officer who was a key figure in the debate on the future of mineral exploration in the country. The article concludes that the duality between nationalism and external dependence was particularly evident in discussions about natural resources and their strategic nature, forming a central axis in the development and evolution of military economic thought.

Key-words: Mineral Resources; Estado Novo; Second World War; Juarez Távora; Brazil-United States Relations.

RESUMEN: En el Estado Novo, régimen sostenido por el equilibrio inestable entre elementos civiles y militares, el Estado brasileño asume la dirección de sectores de la economía considerados estratégicos, como la minería y la siderurgia. Se aspiraba a alcanzar mayores niveles de independencia económica, pero la alianza militar con Estados Unidos en los momentos iniciales de la Segunda Guerra Mundial significó el fortalecimiento de la dependencia del capital externo en el proceso de industrialización de Brasil. En la formulación de la política económica del régimen, los militares participaron con protagonismo, y la revisión que, en general, atravesó el pensamiento económico de las fuerzas armadas es aquí analizada con base en documentación primaria, con énfasis en el papel desempeñado por Juarez Távora, oficial del Ejército que fue uno de los protagonistas del debate sobre el futuro de la explotación mineral en el país. El artículo concluye que la dualidad entre nacionalismo y dependencia externa se expresó particularmente en los debates sobre los recursos naturales y su carácter estratégico, y constituyó uno de los ejes de formación y evolución de un pensamiento económico militar.

Palabras clave: Recursos minerales; Estado Novo; Segunda Guerra Mundial; Juarez Távora; Relaciones Brasil-Estados Unidos.

Como citar este artigo:

Carvalho, Bernardo Rocha. "Recursos minerais como ativo estratégico do Brasil e o paradigma norte-americano na Segunda Guerra Mundial: revisão do pensamento econômico militar". *Locus: Revista de História*, 31, n. 2 (2025): 56-81.

No período entreguerras se estabeleceu no Brasil um importante debate sobre o futuro da exploração mineral no país. Desde o final do século XIX se acumulava conhecimento geológico, sobretudo a respeito da região central de Minas Gerais, e era reconhecido um enorme potencial mineral, diante da quantidade e da qualidade, em teor metálico, das jazidas de minérios de ferro e manganês. Deste debate participaram políticos, empresários e engenheiros, civis e militares, e das muitas – e intensas – discussões travadas resultou um dos eixos de formação da cultura política nacional-desenvolvimentista característica da conjuntura intelectual das décadas subsequentes. Aos problemas econômicos relativos à almejada expansão da exploração de minerais metálicos, que constituem insumos da indústria siderúrgica, somaram-se problemas de segurança nacional e inserção geopolítica, e após a Revolução de 1930, a questão passou a integrar a lista de prioridades na agenda do governo Vargas.

Neste artigo, exploramos como os recursos minerais do Brasil foram tidos como um ativo estratégico para o país, em um contexto de acirramento das rivalidades entre potências europeias e da afirmação dos Estados Unidos como a potência industrial-militar que deveria exercer sua hegemonia sobre o hemisfério americano. Nesta conjuntura crítica, os militares brasileiros projetaram seu envolvimento nos diversos escalões de governo, e procederam à revisão de seu pensamento econômico, sob grande influência justamente da evolução das discussões sobre o aproveitamento do potencial mineral do país, tanto na forma econômica, como geopolítica. As fontes primárias utilizadas foram as atas de duas reuniões do Conselho Superior de Segurança Nacional (em 1939 e 1942), além de dois importantes artigos publicados por Juarez Távora (em 1938 e 1954), um dos militares mais influentes do período, sobretudo na questão mineral. O artigo se subdivide em três partes seguidas de breve conclusão.

Comércio e conflito: minerais estratégicos e posição geopolítica

Ao longo dos anos 1930, enquanto o comércio mundial começava a recuperar o ritmo e os volumes perdidos com a crise de 1929 e a Grande Depressão subsequente, um novo conflito armado entre potências europeias despontava cada vez mais ameaçadoramente no horizonte. O belicismo se difundia entre lideranças do mundo todo, embalado por aspirações de conquista ou por instinto de sobrevivência. No Brasil, em meados da década, o alto comando militar se inquietava com um eventual desequilíbrio de forças no Cone Sul, ante a compra de armamento moderno por parte da Argentina e do Chile. As impressões dos respectivos estrategistas militares refletiam, no continente, a escalada geral de tensões entre países europeus, em que os mais bem armados se precipitavam em abandonar a hesitação quanto ao recurso às ações militares para fins de afirmação geopolítica e expansão econômica – aliás, em praticamente qualquer região do mundo,

dado o alcance propiciado pela expansão das marinhas de guerra e da aviação militar.

Disputas históricas entre potências europeias pelo acesso e controle de recursos naturais situados fora de suas fronteiras ressurgiam agora com renovado apelo ideológico. Estrategistas alemães, por exemplo, sustentavam seu programa expansionista ao remobilizar o antigo conceito de “espaço vital” (*Lebensraum*), formulado ainda antes da Primeira Guerra, que preconizava as conquistas territoriais necessárias ao estabelecimento do almejado Grande *Reich* Germânico. No entanto, sob a parafernália ideológica, alguns observadores especulavam a respeito de quais seriam as motivações concretas para o conflito. Em 1937, durante a Guerra Civil Espanhola, a revista britânica *The Economist* oferecia uma leitura materialista dos interesses europeus ali diretamente envolvidos:

Se o general Franco for vitorioso, obviamente a Itália e a Alemanha vão obter acesso aos suprimentos de minérios estratégicos tão necessários para sua busca de autossuficiência diante das dificuldades mercantis. Novas reservas de minério de ferro iam beneficiar enormemente os ampliados setores metalúrgicos e siderúrgicos da Alemanha e da Itália, ambos padecendo atualmente a escassez de insumos (*apud* Rankin 2017, 507).

De fato, a vitória de Franco na Espanha foi um marco importante para os objetivos alemães e italianos na Europa, mas apesar da identificação entre nazistas e franquistas, e ainda entre o regime de Antônio Salazar em Portugal, o fator mais determinante nas relações entre a Alemanha e os países ibéricos era claramente o interesse econômico, segundo Christian Leitz (2003). A conclusão do autor, aliás, se estende ao mundo ibero-americano. As aquisições de equipamento bélico pela Argentina e pelo Chile foram realizadas principalmente junto à Alemanha, opção que logo seria igualmente adotada pelo Brasil. Em troca, a potência europeia aceitava, eventualmente, matérias-primas diversas, nos termos do comércio compensado.¹ Ainda segundo Leitz, no centro das investidas comerciais alemãs, para “alcançar um nível substancial de influência econômica sobre outros países, estava a exportação de material de guerra (e de perícia militar) para a Península Ibérica e para a América Latina” (2003, 185).² As remessas de armamento alemão, portanto, não eram geralmente motivadas por lucro, e mostraram-se cruciais, em alguns momentos, para evitar a redução no volume ou mesmo a interrupção de importações vitais de matérias-primas, e “Países como Brasil, Espanha e Portugal e, em menor medida, Argentina e Chile, foram parte certa desta estratégia” (Leitz 2003, 193).

¹ O comércio compensado consistia em intercâmbios realizados sem a intermediação de moedas fortes, naquele momento sobretudo a libra-esterlina e, depois, o dólar. O acordo era especialmente atrativo em um contexto de recuperação econômica, em que é baixa a liquidez, e de grande necessidade de reequipamento bélico, em que é alta a pressão geopolítica sobre cada país, conforme as circunstâncias regionais. Para os alemães, era uma forma de escoar parte da volumosa produção industrial-militar e de assegurar acesso fácil a matérias-primas não produzidas no próprio país, além de, como dissemos, exercer influência econômica sobre possíveis parceiros militares.

² Todos os trechos de obras em língua estrangeira aqui citados diretamente são traduções próprias.

Estes acordos comerciais bilaterais, sobretudo no caso da América Latina, afrontavam diretamente o interesse norte-americano na região, tida por Washington como parte de seu entorno estratégico. Berlim estaria, assim, sabotando o panamericanismo e o livre-comércio, ideais do supremacismo hemisférico estadunidense, chegando ao extremo de oferecer subsídios ao governo brasileiro para a construção de sua tão acalentada grande siderurgia em 1938. Oferta que provocou imediatamente a reação do governo Roosevelt, determinado a preservar a parceria histórica e estratégica de seu país com o Brasil, que remontava aos tempos do Barão do Rio Branco. Até que a política comercial alemã tivesse assumido este caráter disruptivo no mundo Atlântico, e enquanto as potências imperialistas europeias disputavam entre si o controle de territórios que não haviam caído sob domínio britânico, as condições para a industrialização pesada em países periféricos ao sistema europeu haviam sido muito mais duras, e, em geral, envolviam a contratação de empréstimos junto àqueles países ricos, dos quais paradoxalmente se almejava conquistar níveis maiores de independência econômica.

Este cenário se flexibilizou em termos relativos a partir da prática desviante da Alemanha nazista – e, em menor grau, também da Itália fascista – em relação a países periféricos do capitalismo internacional, mas estrategicamente importantes no contexto de uma grande guerra, como o Brasil, impondo aos Estados Unidos a reformulação de sua política externa para o continente americano. O agravamento da rivalidade comercial entre as potências industriais representadas por Berlim e Washington fez alargar, ainda que em termos relativos, as margens de exercício de soberania de alguns países ainda pouco industrializados, exportadores de *commodities*. Decorria, desde a quebra da bolsa novaiorquina em 1929, o que Peter Gourevitch identificou como sendo uma “crise da divisão internacional do trabalho” (1986, 126), e para alguns países em posição desprivilegiada, esta crise pôde ser tida como uma oportunidade de reconfigurar os termos da interdependência econômica.

Para Ted Fertik (2019), o Brasil exerceu papel-chave na reconfiguração da política externa norte-americana diante do desafio posto pelos alemães. Como vimos, dentre os países americanos tradicionalmente mais alinhados aos Estados Unidos, o Brasil foi o de maior peso a aderir às facilidades comerciais oferecidas pela Alemanha. Alguns generais brasileiros, além disso, estavam genuinamente impressionados com a máquina de guerra do Terceiro *Reich*, e sonhavam com algumas peças de artilharia importadas de lá, preocupados com a posição bastante retardatária do país na corrida armamentista que se desenhava no Cone Sul. Mais do que qualquer outro país, segundo Fertik, o Brasil de Vargas despertou nos Estados Unidos de Roosevelt a necessidade de

reconfigurar os termos de sua política da Boa Vizinhança,³ no sentido de torná-la mais ativa, recorrendo ao dólar como principal instrumento de política externa.

A postura diligente do governo Roosevelt para viabilizar o capital e a expertise necessárias à construção de uma grande usina siderúrgica no Brasil, de modo a neutralizar as investidas europeias em geral, e alemãs especificamente, nas Américas, será um caso paradigmático de transferência de capital e tecnologia de um país desenvolvido para um país periférico.⁴ Na verdade, a própria Alemanha tinha um histórico significativo de cooperação econômica, sobretudo em projetos de infraestrutura, com países periféricos ao sistema europeu, que remontava ao final do século XIX. Um dos primeiros destes projetos foi, por exemplo, a bem-sucedida construção das ferrovias do Império Otomano por empresas alemãs, em um contexto de aproximação política entre Berlim e Constantinopla. Depois da Primeira Guerra, os norte-americanos começaram a praticar mais sistematicamente uma política de exportação de capitais, mas a Grande Depressão os obrigou a abandonar este mercado, para o qual, ao final da década de 1930, finalmente, já era tempo de retornar. Contudo, houve forte oposição a estas políticas por parte de empresários e políticos estadunidenses. Fertik demonstrou a obstinação de Roosevelt em superar as muitas objeções internas que enfrentou com relação ao cumprimento das expectativas brasileiras, pagando altos custos políticos, mas sendo, ao final, bem-sucedido:

De fato, os Estados Unidos neutralizaram poderosos interesses domésticos, já que oficiais dos departamentos de Estado e do Tesouro temiam a crescente ameaça alemã aos interesses econômicos e de segurança norte-americanos para a América Latina; e porque Vargas, impulsionado por forças nacionalistas de sua coalizão de governo, havia definido a cooperação econômica para o desenvolvimento de uma indústria siderúrgica brasileira como o campo no qual se decidiria o alinhamento do Brasil na política internacional (Fertik 2019, 810).

Do ponto de vista de Washington, o contexto era ainda mais desafiador, considerando-se a nacionalização do petróleo no México pelo governo Lázaro Cárdenas, em 1938, que estabelecia um precedente alarmante para as empresas multinacionais. A maioria das companhias expropriadas pelo governo mexicano era estadunidense, e os seus diretores passaram a cobrar imediatamente de Roosevelt uma intervenção militar no país, para que os seus ativos fossem recuperados e o governo

³ Entre o final do século XIX e o início do XX, a política externa dos Estados Unidos para a América Latina foi marcada por um intervencionismo agressivo, exemplificado pelo envio de tropas para a Revolução Mexicana (1910-1920), em que lideranças populares de esquerda foram perseguidas, e a ocupação militar de países da América Central e do Caribe, como a Nicarágua, em 1912 e o Haiti em 1915. Na década de 1930, sofrendo com os efeitos da Grande Depressão, há uma mudança extrema de orientação, e foi lançada pelo governo Roosevelt a política da Boa Vizinhança, baseada no princípio da não-intervenção, do respeito à autodeterminação, da convivência pacífica e do progresso comercial entre os Estados Unidos e a América Latina.

⁴ Ver, a propósito, a obra pioneira de Gerson Moura (2012 [1982]) sobre a busca de autonomia pela política externa brasileira no contexto da Segunda Guerra.

mexicano fosse devidamente punido. Mas a intervenção não foi seriamente cogitada pela Casa Branca, e diante do risco de que o ato escalasse e se convertesse em um *front* americano da iminente guerra europeia, Roosevelt optou pelos canais diplomáticos.

O presidente Cárdenas, em seus pronunciamentos, explicava que a indústria petrolífera tinha caráter estratégico para o México, e que, portanto, não poderia continuar sob controle de multinacionais estrangeiras. Roosevelt encarava, então, o fato de que o nacionalismo econômico era um fenômeno plenamente em voga, e que as suas expressões mais extremas envolviam inclusive a estatização de recursos e de companhias privadas. O Brasil, que em 1937 já havia optado por declarar a moratória de sua dívida externa, se mostrava temerariamente na vanguarda do nacionalismo econômico periférico. Conviria se antecipar, e quando chegou o momento, o próprio presidente dos Estados Unidos agenciou as condições para a criação das empresas estatais brasileiras de mineração e siderurgia.

As atitudes de Cárdenas e de Vargas, dentre outros líderes latino-americanos, eram favorecidas, ainda, pelo fato de que o próprio governo Roosevelt, com o seu *New Deal*, se orientava por uma economia política sustentada prioritariamente por um sentido de cooperação entre Estado, capital, produtores rurais, classe trabalhadora e ainda, eventualmente, outros países, com os quais se lograsse encontrar identidade de vistas nestas e em outras questões.⁵ Se o nacionalismo econômico era intolerado em Wall Street, em Washington, por outro lado, estava assegurado amplo espaço para diálogo, mesmo porque este era um ideário muito mais simpático para o governo norte-americano do que o comunismo. No caso do Brasil, o fato de que o regime do Estado Novo era uma ditadura inspirada pelo pensamento corporativista não chegou a ser um fator de dissenso com os Estados Unidos; as proximidades entre ambos os governos prevaleceram sobre as diferenças.⁶ O sentimento pró-Alemanha que até certo ponto prevaleceu entre alguns membros da cúpula varguista se explica, pelo menos em parte, pela formação do robusto complexo industrial-militar do Terceiro *Reich*, que inspirava sobretudo os generais do alto comando do Exército brasileiro, eles mesmos fiadores do regime estadonovista. Contudo, em pouco tempo, a preferência dos generais em termos de alinhamento estratégico se deslocará para os Estados Unidos, que passava a prometer futuras remessas de armamento para as forças armadas brasileiras, como

⁵ Ver, a propósito, Carvalho (2022).

⁶ Observe-se, aliás, que o *New Deal* de Roosevelt também teve alguns traços de corporativismo, na medida em que, segundo Gourevitch, aos produtores rurais, sindicatos e alguns setores privados foi permitido que organizassem, em certa medida, os seus mercados, de acordo com as demandas de cada classe, de modo a protegê-las “das forças desenfreadas do mercado” (Gourevitch 1986, 152).

subproduto da diplomacia presidencial entre os respectivos chefes de Estado.⁷

Ao governo brasileiro não escapava o fato de que os gastos militares das potências europeias e dos Estados Unidos (bem como do Japão, no extremo oriente) se convertiam em fator de recuperação econômica e, portanto, contribuíam para adiantar o almejado fim da Grande Depressão. O *New Deal* de Roosevelt, por exemplo, contemplava gastos militares nada desprezíveis, direcionados para grandes projetos, como a construção de navios de guerra cujo comissionamento fez da Marinha norte-americana, em pouco tempo, a dona da maior frota do mundo. De fato, como nos diz Gourevitch, “O nacionalismo e a política econômica moldaram-se um ao outro nos anos 1930, e questões comerciais se misturaram a questões militares” (1986, 165). No Brasil não só não foi diferente, como foi até mais intensa essa mistura. Justamente pelo fato de não sermos uma potência industrial-militar, as relações comerciais foram tidas, pelo alto comando, como um canal prioritário para que o país se armasse minimamente à altura dos graves problemas de segurança mundial que o final dos anos 1930 prometia. A própria moratória da dívida externa, declarada em 1937, teve como uma de suas principais motivações o redirecionamento dos recursos empenhados no pagamento dos serviços da dívida para a aquisição de equipamento bélico. O alto comando militar brasileiro havia consensuado, segundo Fertik, que “o Brasil precisava de armas, mais do que de uma boa avaliação em cadernetas de crédito de banqueiros [estrangeiros]” (Fertik 2018, 420).

Oficiais militares de quase todos os patamares da hierarquia passaram a se dedicar – alguns integralmente – à questão da industrialização. Dentre eles, se destaca o engenheiro Edmundo de Macedo Soares, major do Exército em 1939, quando foi enviado pelo governo à Europa e aos Estados Unidos para entabular negociações com grandes companhias siderúrgicas e interessá-las em instalar no Brasil uma usina de grande porte. Deve ser sublinhado o fato de que a proposta enviada pelo governo brasileiro por meio de Macedo Soares consistia, basicamente, na troca de minério de ferro pela instalação da planta industrial (Fertik 2018). Esta era uma solução para o problema siderúrgico brasileiro aventada desde a Primeira República, mas que jamais havia saído do papel (Carvalho 2024).

Desta vez a proposta, reciclada, despertou interessados na Alemanha e nos Estados Unidos. Da Casa Branca partiram as diligências necessárias para que a gigante U.S. Steel assumisse o negócio, contudo, apesar do interesse inicial demonstrado pelos representantes da empresa que

⁷ Os acordos bilaterais entre Brasil e Estados Unidos naquele momento envolveram também a concessão de uso de bases militares aéreas e navais no Nordeste brasileiro para as forças norte-americanas, nos pontos mais próximos da costa africana e, portanto, também da Europa. Tratava-se de uma medida de defesa do espaço atlântico, onde já realizavam operações algumas forças do Eixo; contudo, não deixou de ser também mais uma medida de consolidação do Brasil no perímetro estratégico hemisférico dos Estados Unidos.

vieram ao Brasil, seu conselho financeiro rejeitou os termos exigidos pelo Palácio do Catete para a realização do massivo empreendimento (Fertik 2018). Na ocasião, a voz mais proeminente do conselho da empresa advertia a seus pares que “a atitude do governo brasileiro com relação aos detentores de títulos em dólares [da dívida] brasileira não indicava um forte senso de proteção ao capital estrangeiro” (U.S. Steel *apud* Fertik 2018, 489). A negativa da empresa conduziu Vargas e sua assessoria econômica à preferência por um projeto siderúrgico integralmente estatal, uma vez que a iniciativa privada estrangeira que tinha condições de arcar com o projeto se opôs com veemência ao ideário nacionalista econômico em voga num país ainda pouco industrializado.

A definição do governo brasileiro se expressou na criação da Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional em 1940, presidida pelo empresário industrial e membro do Conselho Técnico de Economia e Finanças (CTEF) Guilherme Guinle, e tendo como diretor técnico o major Macedo Soares. Ambos representavam dois dos setores que mais se identificavam com o programa varguista de governo: a burguesia industrial nacional que vislumbrava o crescimento do mercado interno, e a camada de oficiais militares, sobretudo de médio escalão, comprometida com a industrialização.

Guilherme Guinle era como um arquétipo do empresário mais desejável para o país, segundo a visão de mundo varguista. Figura das mais atuantes nos círculos de assessoria econômica do Catete, pelo menos desde 1938 se credenciara para o exercício da direção da Comissão do Plano Siderúrgico, argumentando condizer esta indústria “com a nossa segurança e defesa militar, tão necessária à manutenção de independência e soberania nacionais” (Guinle *apud* Carone 1980, 146). O empresário se opunha à exportação de minério de ferro por empresas estrangeiras, como a Itabira Iron Ore Company, que pretendia, desde a década de 1910 escoar o minério da região central de Minas Gerais para os mercados mundiais. Guinle e outros opositores do projeto Itabira Iron procuravam demonstrar que não muito mais do que apenas as despesas correntes das operações da empresa ficariam no país, sendo seus lucros presumidamente exportados através do mercado cambial. Segundo ele, seria este, aliás, “o caráter próprio da indústria extrativa quando exercida por indivíduos ou empresas estrangeiras e possuidoras de jazidas. Torna-se, do ponto de vista nacional, uma indústria que tudo tira do país e comercialmente quase nada lhe deixa” (Guinle *apud* Carone 1980, 136, enfatizado no original). Sua sensibilidade com relação à conjuntura se demonstrava ao argumentar que naqueles tempos, “quando assistimos aos fatos mais desconcertantes nas relações internacionais”, não seria despropositado ao Brasil se precaver contra a entrega ao controle estrangeiro de um “precioso sistema”, que consistia em “*Jazidas de minério ligadas por uma estrada de ferro a um porto de mar*. Tudo isso *contratualmente assegurado aos exclusivos interesses*

alienígenas por uma concessão praticamente perpétua?” (Guinle *apud* Carone 1980, 138, enfatizado no original).

A denúncia contra as ambições da empresa estrangeira compõe o argumento que justifica que o governo brasileiro assuma as negociações com alemães e norte-americanos relativas à fórmula “exportação de ferro/installação de usina siderúrgica de grande porte”. Em 1940, os trabalhos da Comissão do Plano Siderúrgico, com efeito, se basearam no estabelecimento de uma relação direta entre o governo brasileiro e os eventuais parceiros “alienígenas”, intermediada pelos respectivos governos interessados em atrair ou consolidar a parceria potencialmente estratégica do Brasil.

Nos Estados Unidos, logo depois da recusa da U.S. Steel em firmar o acordo aventado, a equipe de Roosevelt assumiu as negociações, advertida pelo embaixador norte-americano no Rio de Janeiro, Jefferson Caffery, de que “o país que fornecer ao Brasil sua tão ambicionada usina siderúrgica conquistaria uma ‘entrada importante [...] na vida econômica e militar brasileira” (Caffery *apud* Fertik 2018, 494). Guinle e Macedo Soares foram para Washington, e com representantes diretos de Roosevelt formularam um projeto sem precedentes de financiamento externo de uma usina siderúrgica de grandes proporções. O governo norte-americano faria um empréstimo direto à contraparte brasileira em condições excelentes, e proveria toda a assistência técnica necessária até que a usina entrasse em pleno funcionamento, quando seria transferida integralmente ao controle brasileiro. A origem do empréstimo seria o Export-Import Bank, mas o seu montante excedia o total permitido pela legislação que regulava as atividades do banco público, então, um projeto de lei foi levado ao Congresso especialmente para viabilizar a parceria. Segundo Fertik, a estratégia do bloco de congressistas do partido Democrata (o mesmo de Roosevelt) que promoveu o projeto e o conduziu à aprovação consistiu em associá-lo ao *New Deal*, cuja “marca” serviria, então, para legitimar o programa de financiamento da industrialização pesada em país estranho aos pagadores de impostos estadunidenses. Pelo menos um deputado apresentou argumento mais economicamente pragmático: “à medida que [outros] países têm se industrializado, eles tornam-se cada vez melhores clientes dos Estados Unidos” (Gore *apud* Fertik 2018, 498).

A celeridade e o sucesso das negociações intergovernamentais neutralizaram definitivamente o interesse alemão em ser o fiador da grande siderurgia brasileira. O processo de afastamento entre Brasil e Alemanha, que em 1942 irá culminar na declaração de guerra, coincide, aliás, com o abrandamento do entusiasmo do alto comando militar brasileiro com relação ao estabelecimento de uma indústria de base em tempo apreciável. A priorização do setor siderúrgico, imprescindível para a produção de insumos industriais básicos, foi sendo relativizada por alguns

generais do alto comando, enquanto sua maior preocupação imediata era o reequipamento bélico, tido como questão de urgência. As aspirações industrialistas dos generais não foram abandonadas, mas suas prioridades se readequaram de acordo com um sentido militar de percepção das ameaças – e oportunidades – apresentadas pela conjuntura belicosa. Segundo Stanley Hilton, ao se observar o comportamento do alto comando durante a década de 1930,

É relativamente fácil encontrar artigos nos periódicos militares enaltecendo, explícita ou implicitamente, as vantagens de um aumento na capacidade de fabricação do aço ou solicitando o estabelecimento de novas indústrias baseadas em matérias-primas nacionais. Também em caráter particular, os chefes militares encaravam com ansiedade o dia em que o Brasil se tornaria autossuficiente na produção de armamentos. Mas a preocupação principal desses chefes continuava a ser a deficiência de material, e, por isso, davam seu mais ativo apoio ao programa comercial do governo (Hilton 1977, 208).

Não será de todo simplista dizermos que se formava uma clivagem na estrutura do Exército entre oficiais ativistas da industrialização, como Macedo Soares, e os pragmáticos, como o general Góis Monteiro, mais preocupados com a iminência de um conflito armado, fosse entre o Brasil e uma eventual nação hostil, ou internamente, como, aliás, de fato sugeria a conjuntura agitada dos anos 1930. A diferença mais sensível entre o major Macedo Soares e o general Góis Monteiro se percebe “no papel conferido pelo primeiro ao desenvolvimento da indústria, da ciência e da técnica como uma prioridade a ser elencada na doutrina do Exército, enquanto para o segundo, a razão de ser da corporação era a preparação constante para a guerra” (Brandão *et. al.* 2023, 93), – uma guerra, aliás, possivelmente imediata, o que lhe fazia pensar nas condições de dissuasão disponíveis naquele momento e em como incrementá-las. Justifica-se, assim, o apoio ativo do alto comando ao programa comercial do governo, conforme Hilton, sobretudo enquanto este programa, a partir de meados da década, abriu caminho para o intercâmbio entre gêneros primários e armamento, com os acordos de compensação.

Este tipo de acordo comercial parecia interessar especialmente a Vargas e sua equipe justamente por ser um meio de atender em tempo às demandas urgentes do alto comando. Nestes termos fora assinado contrato com os alemães em 1938, de fornecimento de equipamento militar em troca de gêneros agrícolas brasileiros, no entanto, com a eclosão da guerra no ano seguinte, a remessa do material desde a Europa foi posta em questão. Mas a perspectiva do intercâmbio de produtos entre o Brasil e outros países não se perdeu com o conflito, sendo antes reforçada. Em reunião do Conselho Superior de Segurança Nacional⁸ em julho de 1939, Oswaldo Aranha, na

⁸ Com origem no Conselho da Defesa Nacional, concebido em 1927 pelo governo Washington Luís, este órgão passou a funcionar efetivamente apenas em 1934, com o nome de Conselho Superior de Segurança Nacional. O órgão saía do papel graças à grande pressão neste sentido exercida pelo general Góis Monteiro. Tinha como integrantes permanentes o presidente da República, que também o presidia, os ministros civis e militares e os chefes do Estado-Maior de cada uma das forças armadas. As reuniões, na década de 1930, foram bastante esparsas, e ocorreram apenas

titularidade da pasta das Relações Exteriores, sugeria: “Temos possibilidades de realizar exportações maciças de café para vários Estados da Europa, que se comprometem a guardá-las como estoque de guerra, dando, em troca, produtos de que temos necessidade de fazer depósitos” (Ata... [1939]⁹). O ministro da Fazenda, Artur de Souza Costa, em consonância com o alto comando militar foi mais explícito, defendeu a abertura de edital de concorrência, “como meio de interessar o maior número de países”, na “remessa de algodão e café em troca do material bélico de que necessitamos” (Ata... [1939]). Logo, os minérios também surgiram como elemento de troca:

O sr. Ministro da Viação [general João de Mendonça Lima] julga essencial a remodelação e aparelhamento da Linha [férrea?] do Centro, que deve ser eletrificada até Lafaiete [em Minas Gerais], para permitir o escoamento fácil do minério.

O sr. Presidente da República recomenda todos os esforços no sentido do Brasil ficar em condições de exportar no caso de uma nova guerra na Europa.

O sr. Ministro da Educação [Gustavo Capanema] indaga o que exportaremos. Vários srs. Ministros respondem: café, madeira, algodão, milho, minérios, carne, etc.

O sr. Ministro do Exterior faz considerações sobre a exportação, para salientar que não se pode deixar de contar com a diminuição da exportação. A escala, no caso de guerra, descerá (Ata... [1939]).

Estabelecido o consenso, segundo o qual a prioridade imediata era equipar propriamente as forças armadas, os nossos recursos naturais passavam a ser disponibilizados para este fim. A partir da diferenciação que logo acima fizemos, entre uma vertente de cariz programático, mais interessada na política industrial, e outra, mais pragmática, dedicada à política comercial, em meio aos escalões da média e alta hierarquia do Exército Brasileiro, compreendemos que, também neste caso, Vargas exerceu suas conhecidas habilidades de conciliador e equilibrista entre interesses díspares. No entanto, tudo tem um limite, inclusive o alcance de tal postura de constante balanceamento em meio a grupos de pressão, e alcançar este limite pode ser especialmente dramático quando um (ou mais) destes grupos possuem armas e se dispõem a usá-las. As diferenças entre Vargas e o alto comando do Exército, que de modo algum se resumiam às respectivas opiniões sobre política econômica, sendo muito mais graves em outros assuntos, por sinal, provocaram o golpe que o chefe do Estado Novo irá sofrer dos generais em 1945, tramado e conduzido a partir do próprio Ministério da Guerra, então comandado por Góis Monteiro (Brandão *et. al.* 2023).

Quanto à posição que ocupava o problema do fomento e do grau de controle estatal da

quatro vezes (1934, 1935, 1937 e 1939); durante a Segunda Guerra, foram duas (1942 e 1944), e a partir de então foram mais frequentes, pelo menos duas vezes por ano. Em algum momento entre 1939 e 1942 o termo “Superior” foi suprimido do nome do órgão, que passou a se chamar apenas Conselho de Segurança Nacional.

⁹ Ata da Quarta Sessão do Conselho Superior de Segurança Nacional (04/07/1939). Disponível em: *Livro de Actas do Conselho Superior de Segurança Nacional [1934-1951]*. Localização: Arquivo Nacional. Código de Referência: BR DFANBSB N8.0.ATA.1, 27. A paginação é referente ao arquivo digitalizado, disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional.

indústria de base entre as agendas de governo de Vargas e do alto comando militar, predomina na literatura sobre o período uma interpretação que trata como indistintos os objetivos do presidente e dos generais. Contudo, a Primeira Guerra Mundial havia deixado a lição, especialmente cara aos militares, de que para vencer uma guerra moderna, isto é, industrializada, era preciso ter uma economia nacional moderna – industrializada. Generais como Góis Monteiro e Eurico Dutra percebiam que, no caso de conflito entre o Brasil e um vizinho, como a Argentina, ou de guerra civil, este conflito não teria as características de uma guerra total como na Europa já ocorrera e se desenhava novamente e, portanto, para eles, não convinha investir na industrialização para a guerra em tempo hábil. Era não apenas preferível, como muito mais exequível, adquirir equipamento bélico moderno diretamente das potências militares, recorrendo-se, para isso, à nossa pauta de exportações, devidamente instrumentalizada. E apesar do fascínio provocado pela máquina de guerra nazifascista em figuras como Dutra, em pouco tempo ficou claro para ele e Góis Monteiro que se atrelar como um apêndice ao complexo industrial-militar estadunidense era a opção mais viável. Assim, o alto comando abandonava, progressivamente, as perspectivas de estatização das cadeias produtivas de ferro, aço e maquinário, que estiveram muito em voga no pós-Revolução de 1930.¹⁰

Juarez Távora e a expressão do pensamento econômico militar

Se as ponderações sobre política econômica, e particularmente sobre a economia dos recursos naturais, podiam variar entre os militares, apesar da retórica unificada, pelo menos um deles expressou o que se poderia considerar uma “média ponderada” da evolução do pensamento econômico militar entre os anos 1930 e 1950. Trata-se de Juarez Távora, o veterano do tenentismo e da Revolução de 1930, um dos oficiais mais influentes do período, não apenas entre os demais militares, mas na vida pública brasileira em geral. Em 1934, o então major era ministro da Agricultura do Governo Provisório, e participou da Assembleia Nacional Constituinte naquele ano em defesa dos princípios estatizantes que balizaram a formulação do primeiro Código de Minas brasileiro, que nacionalizou os recursos do subsolo, antes pertencentes aos respectivos proprietários dos terrenos onde se encontrassem.¹¹

¹⁰ Em suma, segundo Hilton (1977, 207), “Os líderes do Exército compreendiam que estava num distante futuro o dia em que o Brasil seria industrialmente autossuficiente, e, por conseguinte, quando da alocação de recursos, atribuíram mais peso aos projetos imediatos ligados à mobilização: combustíveis e transportes, fornecimentos individuais (armas leves e vestuário), bem como munições para os armamentos pesados adquiridos no exterior”.

¹¹ Deve-se observar, contudo, que o governo deu prazo de um ano para que a posse de minas e jazidas fosse declarada por seus proprietários. Portanto, os recursos minerais efetivamente nacionalizados foram aqueles não declarados, incluindo-se, obviamente, os que ainda poderiam ser descobertos. Nestes casos, a exploração privada poderia se dar por meio de concessão do governo federal.

Em março de 1937, já afastado do governo e de volta à carreira militar, o agora tenente-coronel realizou uma conferência na Escola Politécnica do Rio de Janeiro intitulada “O contrato de ‘The Itabira Iron Ore Co. Ltd.’, em face dos interesses da economia nacional e do problema da siderurgia brasileira”. O teor da exposição de Távora não deixa de demonstrar coerência com relação ao nacionalismo econômico tenentista, mas já revela certa flexibilização com relação à participação do capital externo no desenvolvimento industrial, chegando a contradizer, ainda que sutilmente, algumas das determinações do Código de Minas. O conceito norteador de sua análise do contrato que o governo deveria assinar com a empresa, que era então tema de debates no Congresso, é, com efeito, o de uma “política econômica nacional”, que, segundo ele, era afrontada por certas cláusulas presentes nos contratos anteriormente negociados, prejudiciais à solução do problema siderúrgico brasileiro.

No entanto, Távora já era um decidido entusiasta da exportação de ferro conjugada à importação de carvão mineral, o que para ele era, aliás, a fórmula mais exequível de financiar a grande usina siderúrgica nacional, conforme já vinha sendo aventado há tempos por outros participantes deste debate. Mas, para ele, o ideal é que a fórmula fosse adotada a partir da “intervenção direta do poder público”, o que se justificava tanto em função da “incapacidade do nosso mercado interno para absorver, pelo menos inicialmente, uma produção [de ferro e aço] em larga escala” – além das incertezas relativas à introdução destes produtos no mercado sul-americano, como em função dos “imperativos da defesa nacional, ligados diretamente à indústria bélica” (Távora 1938, 29).

O projeto seria viabilizado, portanto, tendo como base uma “transação comercial entre governos”, que, afinal, se reduzia à troca de minério de ferro pela construção da usina; Távora estava certo de que os entendimentos entre o governo brasileiro e os dos países importadores da matéria-prima e exportadores do combustível (o carvão), “especialmente a Alemanha e Inglaterra”, conduziram ao levantamento “dos recursos necessários ao aparelhamento de exploração de jazidas, transporte terrestre e marítimo para o minério exportado e de uma grande usina siderúrgica [...] – tudo, provavelmente, contra pagamento em minério!” (Távora 1938, 48). Vimos que, de fato, foi despertado interesse na Alemanha para o negócio, e que o governo norte-americano se interpôs às negociações até suplantá-las com uma proposta de teor diferente, que na conjuntura da guerra se mostrou irrecusável, e que ao se concretizar significou a desvinculação das duas questões: a da exportação de minério de ferro e a da consolidação da grande siderurgia.¹²

¹² Cabe notar, segundo Gail Triner, que ao separarem-se estas questões, a justificativa para o projeto exportador será adaptada, baseando-se então em argumentos relativos à arrecadação de divisas, à melhoria da infraestrutura de

Mas nem por isso Távora deixou de antever na ocasião as linhas gerais de um projeto que seria de fato realizado pelo governo Vargas durante a guerra. Assumindo postura propositiva, o então tenente-coronel fixou cinco pontos fundamentais, acompanhados de suas respectivas justificativas, que deveriam servir de base “a qualquer solução obediente aos princípios da política econômica nacional”. Vamos transcrever estes pontos, mas as justificativas serão incluídas apenas nos casos em que considerarmos mais relevante:

1º) *Podemos e devemos exportar em larga escala o nosso minério de ferro [...].*

2º) *O vale do rio Doce é o escoadouro natural do nosso minério exportável: a) porque abre privilegiadamente, na Serra do Mar, o único boqueirão, permitindo tráfego ferroviário pesado, por simples aderência – entre o litoral e o “hinterland” brasileiro –, em todo centro sul do País [...].*

3º) *A solução do nosso problema siderúrgico pode e deve fazer-se imediatamente, à base da exportação do minério brasileiro e da importação do carvão estrangeiro [...].*

4º) *O comércio de minério, bem como o seu transporte só devem ser exercidos por empresas nacionais ou nacionalizadas – (entendendo-se por tais as empresas cujos lucros se radicam obrigatoriamente no País – embora sejam constituídas com capital estrangeiro): a) porque, do contrário, apenas cerca de 20% do valor cif-Europa, do nosso minério, seria incorporado à nossa economia sob forma de salários, material de substituição e impostos – emigrando os 80% restantes sob a forma de aquisição de material estrangeiro, juros e amortizações de capital e lucros da empresa; b) porque, evidentemente, com essa partilha econômica de valores que nos importaria o capital estrangeiro, acabaríamos, no final das contas, privados de uma riqueza potencial (o minério) sem haver incorporado à nossa economia, como riqueza efetiva, o contra-valor real da riqueza exportada.*

5º) *A reconstrução e aparelhamento da E. F. Vitória-Minas dentro das condições técnicas projetadas pela “Itabira Co.” é a solução mais razoável para o transporte terrestre do minério exportável (Távora 1938, 45-46, enfatizado no original).*

Ora, excetuando-se o terceiro ponto, resulta desta listagem uma quase perfeita delinação do projeto que sairá do papel em 1942, ao se aprofundarem as relações econômicas e geopolíticas entre Brasil e Estados Unidos por meio dos Acordos de Washington, dos quais resultaram as condições para a criação da autarquia estatal Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Consta, inclusive, o elemento – caro a Vargas, como também já vimos – de expansão da fronteira econômica do país até os inexplorados rincões de sua vasta “hinterlândia”.

Isso não impediu que Távora se transferisse para o campo antigetulista da vida política brasileira, acompanhando, aliás, a maioria dos oficiais mais graduados do Exército, os quais vinham sendo contemplados pela aproximação com os norte-americanos a ponto de prescindirem do presidente – e de outros civis – para formularem programas próprios de governo.¹³ Prosseguindo com a análise comparativa das ideias sobre economia política apregoadas por Távora ao longo do

transportes e aos esperados efeitos de demonstração das vantagens de uma produção coordenada, não sujeita exclusiva ou prioritariamente aos mecanismos de mercado (Triner 2011, 101). Ver também Barros (2018).

¹³ Foi tentando neutralizar este processo de autonomização militar que Vargas apontou o ministro da Guerra, general Eurico Dutra, como seu candidato à sucessão presidencial de 1945, mas já era tarde; Dutra participou do golpe que depôs Vargas em dezembro daquele ano, e ainda foi eleito, valendo-se da grande popularidade do ex-ditador. Sobre o alto grau de politização do Exército e os conflitos internos decorrentes, ver o excelente texto de Antônio Peixoto (1980).

tempo, caberá recorrermos a um segundo texto de sua autoria, igualmente resultante de conferência, desta vez realizada no Itamaraty em 1953. Trata-se de período em que o militar já se posicionava francamente contra o governo de Getúlio Vargas, que, recordemos, havia retornado à Presidência pela via democrática, sagrando-se vencedor das eleições de 1950.

As opiniões do – agora general – Távora vinham se diferenciando sensivelmente daquelas que assumira, tanto na fase tenentista, como no período em que foi ministro de Estado do Governo Provisório. Por exemplo, após discorrer sobre as “causas de nossa debilidade econômica”, teceu “algumas indicações terapêuticas” capazes de corrigir ou atenuar tais causas, dentre as quais incluiu o desenvolvimento das indústrias de base “sobretudo mediante incentivos seguros à iniciativa privada” (Távora 1954, 8). Naquela ocasião, a usina siderúrgica da CSN já funcionava há cerca de sete anos, e a CVRD, que havia sofrido grandes dificuldades em seus primeiros anos, já começava a exportar minério de ferro nos volumes almejados inicialmente, quando foi projetada, mas Távora não faz referência às estatais. Ele demonstrava flexibilização não apenas com relação à participação da iniciativa privada na indústria de base, como também ao capital externo, para o qual passava a defender melhor remuneração. Sempre ponderado, incluiu entre as mesmas recomendações terapêuticas a sugestão de:

Estimular a cooperação de empreendedores, de técnicos e de capitais estrangeiros para essa mobilização pioneira de nossos recursos potenciais, mediante a promulgação de uma lei nacional de investimentos, que lhes garanta remuneração adequada aos esforços e aos capitais importados, sem prejuízo de interesses essenciais da economia nacional (Távora 1954, 9).¹⁴

No entanto, talvez a reformulação mais importante que se pode notar em seu pensamento é aquela relativa ao desfavorecimento da indústria com relação à agricultura. No que poderia ser considerada alteração radical de estratégia e dos princípios de seu pensamento econômico, argumentava o general que o nosso desenvolvimento deveria processar-se “com prioridade da produção abundante e barata de matérias-primas e gêneros alimentícios necessários ao abastecimento do mercado interno, sobre o desenvolvimento do parque industrial”, desenvolvimento este que, por sua vez, deveria ser devidamente disciplinado (Távora 1954, 11). Távora completava o raciocínio recorrendo a um dos principais intelectuais do agrarismo conservador da Primeira República: “É nesse sentido que devemos interpretar, hoje, esta afirmação

¹⁴ Mais adiante, o general especifica a necessidade de, nesta lei de investimentos, definir-se claramente: “a) de um lado, as garantias asseguradas ao capital realmente investido e aos frutos do esforço dos colaboradores estrangeiros, tais como – limites de remuneração atraentes, – convênios com os países de origem sobre dupla tributação de renda, – livre exportação de fundos correspondentes a juros e amortizações do capital, dividendos de empresa e remunerações pessoais; b) de outro lado, as limitações consideradas necessárias – à integração na economia nacional de parte substancial da riqueza mobilizada com o auxílio estrangeiro, e – a nacionalização progressiva dos capitais investidos, à medida de sua amortização ou, quando for o caso, após o decurso de longos prazos” (Távora 1954, 9).

de Alberto Torres: ‘O Brasil tem por destino ser um país agrícola; e toda ação política tendente a desviá-lo desse destino é um crime contra a natureza e contra os interesses humanos’” (Távora 1954, 11).

Assim interpretava, em linhas notavelmente diferentes das que orientaram seu pensamento e ação no período entreguerras, que o desenvolvimento industrial do Brasil deveria se dar em função do desenvolvimento agrário, complementarmente. De certa forma, ele reatualizava a dicotomia, vigente no início do século, entre “indústria natural” e “indústria artificial”, ainda que sem recorrer a estes termos.¹⁵ Dizia, ainda, que a solução do “problema da produção abundante e barata de matérias-primas e de gêneros alimentícios” não poderia ser encontrada por meio da ação, ainda que diligente, do governo federal ou dos governos estaduais, apesar de se empenharem todos eles “em gastar rios de dinheiro, no encalço de soluções teóricas, ideadas pelos técnicos oficiais e tramitadas pela burocracia citadina, mais ou menos à revelia dos verdadeiros interessados” (Távora 1954, 11).

Este é outro ponto de inflexão com relação a suas ideias anteriores, que o haviam lançado à vida política e mesmo a pegar em armas contra o regime de descentralização político-administrativa da Primeira República. Constata-se, portanto, notável contraste, ao vê-lo condenando os “técnicos oficiais” e a “burocracia citadina”, em favor dos “verdadeiros interessados” na solução do referido problema da produção de matérias-primas e gêneros alimentícios, que apenas podemos presumir tratar-se dos produtores rurais. Em certa altura do texto, Távora também desaprova a “lavra gananciosa de nossas jazidas minerais”, considerada uma dentre outras atividades “de aventura e saque contra nossas riquezas naturais” (Távora 1954, 7). Mas, ele não discorre a respeito, e deixa de especificar o quê, exatamente, o levava a pensar desta forma sobre a prática da mineração, que ele mesmo havia procurado estimular diretamente, na esteira da Revolução de 1930.

Apesar de pouco falar sobre mineração no contexto desta sua conferência, pronunciada quando, aliás, era comandante da Escola Superior de Guerra, Juarez Távora é personagem indissociável da evolução do setor no Brasil. Em janeiro de 1942, enquanto ocorria na cidade do Rio a importante Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas

¹⁵ Por “indústria natural” entendia-se, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do XX, as atividades econômicas “naturalmente” adequadas e condizentes com as dotações naturais e geográficas do país, em oposição à “indústria artificial”, referindo-se aos setores “artificialmente” implantados por governos ou empresários interessados. Naquele contexto, a palavra indústria tinha significado abrangente, e dizia respeito, muitas vezes, a diferentes setores da economia, não restritos à manufatura. Ver Carvalho (2024, cap. 1 e 2).

Americanas,¹⁶ ele representava o Brasil em uma reunião análoga, o Primeiro Congresso Panamericano de Engenharia de Minas e Geologia, em Santiago, no Chile. Em consonância ao encontro do Rio, no de Santiago foi aprovada a recomendação de assinatura de “Um acordo de ‘Política Americana’ tendente à atração de capitais para a mineração, fixando-se certas garantias mínimas que compensem a insegurança, [o] vulto e [o] largo prazo de amortização peculiares a esta indústria” (1º Congresso... 1942, 105). O documento falava sobre a priorização da exploração de minerais cujo emprego era necessário à defesa do continente, mas as diretrizes eram indicadas como “norma de ação futura”, e davam orientações quanto à “livre circulação tanto de minerais como de maquinarias destinadas à indústria extrativa, sem barreiras alfandegárias de qualquer natureza” (1º Congresso... 1942, 105). Em contrapartida à adoção de tais facilidades, que beneficiariam, por óbvio, a empresas do único país realmente industrializado e exportador de capitais do continente, os Estados Unidos se comprometeriam a comprar matérias-primas preferencialmente dos países americanos, assegurando-lhes um mercado com alguma estabilidade.

Depreende-se daí que a ascensão e consolidação dos Estados Unidos como centro econômico do capitalismo mundial teve implicações paradoxais para o Brasil, pelo menos em tempos de guerra, o que nos ajuda a apreender a evolução das formulações de Távora sobre economia política em seu devido contexto intelectual. Paralelamente ao asseguramento das condições técnicas e financeiras para a formação de duas grandes empresas estatais brasileiras da indústria de base pela Casa Branca, com recursos, aliás, provindos de um banco público estadunidense, não deixavam de chegar do norte também os ventos liberalizantes da economia, que moviam os moinhos de ideias do setor privado, e inspiravam também agentes públicos, outrora comprometidos com o nacionalismo econômico industrialista com protagonismo estatal, como foi o caso de muitos oficiais militares.

Na sessão do Conselho de Segurança Nacional que ocorreu poucos dias antes da conferência dos chanceleres no Rio, diante da entrada dos Estados Unidos no conflito mundializado, Vargas antevia a conveniência de participar do esforço de guerra norte-americano, afirmando que a nossa declaração de solidariedade resultaria de “imperativos históricos de nossa política continental, da amizade tradicional do Brasil ao povo dos Estados Unidos, e da situação de interdependência econômica dos dois países” (Ata... [1942]).¹⁷ Mas o presidente sabia que

¹⁶ Terceira destas reuniões, convocadas com a guerra em pauta, dela resultaria a decisão de rompimento das relações com os países do Eixo, tomada por dezenas de nações do continente americano em resposta ao ataque à base naval estadunidense de Pearl Harbour, em dezembro de 1941.

¹⁷ Ata da Quinta Sessão do Conselho Superior de Segurança Nacional (10/10/1942). Disponível em: *Livro de Actas do Conselho Superior de Segurança Nacional [1934-1951]*. Localização: Arquivo Nacional. Código de Referência: BR DFANBSB N8.0.ATA.1, 31.

“interdependência” era um termo muito generoso com a parte brasileira para se referir a esta relação; logo, ele esclarece: “mais de setenta por cento da nossa exportação vai para os Estados Unidos da América e lá adquirimos grande parte da matéria-prima indispensável à nossa indústria” – note-se que por “matéria-prima” ele se refere, mais exatamente, ao maquinário importado, que não produzíamos (Ata... [1942]).

Cumpre observar que na mesma sessão partiu do general Góis Monteiro, então chefe do Estado-Maior do Exército, a única ressalva quanto à orientação dada por Vargas: “Temos o imperativo de ser solidários com os Estados Unidos da América do Norte, e arriscar a sorte nesse sentido, mas é certo que nos cabe limitar esta solidariedade para não abdicarmos de nossa soberania” (Ata... [1942]). Quase quatro anos depois, em agosto de 1945, então como titular da pasta da Guerra, e em reunião com outros generais, Góis Monteiro readequava sua gramática, e passava a admitir – talvez resignado, talvez não: “Teremos de caminhar resolutos para o país que estamos ligados por toda a sorte de interesses, do qual não devemos nem desejamos separar-nos sem grave mal – os Estados Unidos” (*apud* Svartman 2014, 169).¹⁸

O grau de dependência do Brasil com relação ao mercado norte-americano aumentava em ritmo preocupante para o governo, que procurou agir oportunamente, de modo a maximizar as vantagens possíveis de se auferir na situação. É este o contexto dos Acordos de Washington, assinados em março de 1942, ou seja, cerca de apenas três meses depois do encontro dos chanceleres no Rio. O enviado aos Estados Unidos foi o ministro da Fazenda Artur de Souza Costa, que selou as negociações tripartites, envolvendo também o Reino Unido. É lícito supor que, com o precedente estabelecido desde 1939 pelas negociações relativas à contratação do crédito para a usina da CSN, o caminho para os Acordos de 1942 já estava pavimentado; as portas do Eximbank continuavam abertas, e convinha aproveitar. A oportunidade parece ter surgido justamente da disrupção no provimento de minério de ferro provocada pela guerra, o que levou os governos britânico e norte-americano a aceitarem financiar a exploração mineral brasileira.

Os termos dos Acordos de Washington puseram fim a um imbróglie que já durava três décadas: as discussões sobre o contrato com a Itabira Iron se encerraram com a compra, pelo governo britânico, de todas as propriedades e ativos da empresa, sediada em Londres, e sua transferência para o governo brasileiro, que, com o crédito norte-americano e abertura de capital,

¹⁸ Recordemos que esta declaração do general foi feita cerca de dois meses antes da deposição de Vargas, orquestrada por ele. Sobre o contexto do desfecho da Segunda Guerra e de configuração da Guerra Fria, Svartman acrescenta: “A convicção alimentada pela cúpula militar a respeito do papel tutelar das forças armadas na política doméstica e da urgência da ameaça comunista produziu a percepção de que a convergência com os Estados Unidos em torno da agenda anticomunista, naquele momento, suplantava o problema da dependência e da disposição para barganhar” (2014, 171).

constituiu a sociedade anônima de economia mista Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), sob controle direto do Executivo federal.¹⁹

Na direção da estatal, manteve-se presente o elemento militar, por meio de dois oficiais do Exército indicados pelo governo. A conjuntura da guerra ensejava novo impulso ao envolvimento de integrantes das forças armadas na administração pública. Eles formavam suas opiniões integrando um debate público em curso, com grande ênfase na questão da exploração dos recursos naturais, e assumiram posições que, em cada caso, lhes pareceram adequar-se às condições e às necessidades mais urgentes do país e da corporação militar. Isso fez com que o tratamento dos problemas relativos ao desenvolvimento da mineração e da siderurgia pelos militares os permitiu, quando vistos em conjunto, oscilar entre praticamente todos os posicionamentos possíveis em termos de opiniões sobre política econômica, da mais estatizante à mais liberal. Por isso, o curso do pensamento econômico de Juarez Távora é tão representativo, e não é nada casual que um dos formuladores do Código de Minas de 1934 tenha se tornado, cerca de duas décadas depois, uma das lideranças do movimento contrário ao monopólio estatal na exploração do petróleo.

A diplomacia mineral no programa desenvolvimentista do regime Vargas

Sônia Draibe identificou o elo entre o Código de Minas de 1934 e a formação da CSN e da Vale. Segundo a autora, “a propriedade da União sobre recursos estratégicos passíveis de exploração industrial foi o ponto de partida para a presença do Estado-empresário nessas áreas fundamentais para o desenvolvimento econômico” (Draibe 1985, 96). Este marco institucional foi profundamente influenciado pela perenidade do interesse das potências capitalistas com relação ao aproveitamento de recursos naturais alheios: “nas suas codificações sobre os recursos, o Estado brasileiro não pôde deixar de considerar a questão do imperialismo, que dessa forma passava a estar presente na própria feição material e institucional do Estado” (Draibe 1985, 96). Tanto no Brasil como em outros países do que no pós-guerra passou a se chamar Terceiro Mundo, este foi um fator de “convocação” dos militares à participação nos governos, mas não necessariamente como elemento de resistência e defesa contra investidas imperialistas. Ao contrário, como temos observado, chegou a se formar certo consenso inverso entre o alto comando, decidido a encontrar numa potência estrangeira a retaguarda necessária para suprir as forças armadas brasileiras na eventualidade de conflitos armados internos ao país. Tal como ocorrera na Guerra Civil Espanhola,

¹⁹ Nesta altura, a Itabira Iron havia sido convertida em duas empresas distintas, sendo adaptada à legislação estadonovista que implementava as determinações do Código de Minas, reeditado em 1940, e que proibia empresas controladas por estrangeiros de atuarem no setor. Elas eram a Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia S.A. e a Companhia Itabira de Mineração S.A. A própria escolha dos nomes das empresas denuncia a intenção de suplantar sua origem no capital externo, mas elas terão existência efêmera, sendo logo incorporadas pela própria CVRD.

onde o fascismo franquista recebeu o suporte da Alemanha e da Itália.

Às aspirações de aquisição de apetrechos bélicos pelos generais, somaram-se aquelas de atração do investimento externo e de transferência tecnológica por parte de outros oficiais do governo e militares de perfil técnico. Este encontro de interesses, como se sabe, constitui parte importante do firmamento do Estado Novo – e quando a parceria entre Vargas e os generais se enfraquece (em 1945, a propósito, dois deles já eram os principais candidatos na eleição presidencial), o então ministro da Guerra Góis Monteiro derruba o presidente. Um importante ponto de discordância entre governo e militares, que se agravava no contexto da guerra, era o fato de que, para os formuladores da política econômica do Estado Novo, “o objetivo principal da governança nacionalista era a acumulação de capital, livre do controle externo”, pelo menos tanto quanto possível, segundo Fertik (2019, 818), enquanto muitas das lideranças das forças armadas consideravam certo grau de controle econômico externo aceitável – e até desejável, se com ele viessem também as remessas de armamento e algum treinamento especializado.

Se, a partir do novo período republicano inaugurado com a Constituição de 1946, a participação militar na vida política nacional chegará a refletir claramente as cisões da própria comunidade político-partidária em formação, isto já é algo possível de ser identificado nos debates sobre os rumos da economia brasileira que ocorreram no período entreguerras. Exemplo interessante das ambiguidades que resultavam na pluralidade de ideias nos círculos militares é o contraste entre, de um lado, o estatismo tenentista, exacerbado no pós-Revolução de 1930, que seguiu influente entre muitos oficiais, sobretudo de médio escalão, e, de outro lado, a proximidade e identidade de vistas com a alta burguesia industrial, cuja influência sobre o Estado nacional se aprofundava notavelmente.²⁰

A idealização da iniciativa privada no setor industrial correspondia à opinião recorrente no período, segundo a qual constituiria verdadeira essência da razão de Estado que os poderes públicos não apenas amparassem, mas que cuidassem das necessidades mais básicas dos empreendimentos nascentes e promissores. Eventualmente, muitos militares e empresários passaram a concordar que a mão do Estado deveria estar sempre visível e presente, pronta para atendê-los em seus anseios classistas e corporativos. Foi este o sentido que muitos deles, organizados e cada vez mais articulados entre si, procuraram dar para as amplas reformas da administração pública encetadas a partir dos anos 1930.

²⁰ A alta burguesia industrial e muitos oficiais militares passarão, a propósito, a antagonizar Vargas e seu círculo de administradores públicos à medida em que o presidente acentua sua retórica trabalhista. O peso conferido por Vargas a sua autoimagem de político dedicado sobretudo às demandas da classe trabalhadora foi fator de progressiva diferenciação entre ele e o grande empresariado organizado junto aos militares.

Ora, nos governos Vargas (1930-1945 e 1951-1954), a burguesia industrial foi convocada a participar da formulação de sua política econômica, e dela foi exigido compromisso mínimo com o ideário do *interesse nacional*. Contudo, quanto à exploração mineral, à produção siderúrgica e de energia, a evolução dos debates a respeito e da conjuntura internacional conduziu à dupla constatação de que 1) a iniciativa privada nacional não teria condições de desenvolvê-los em escala significativa o bastante para alterar as feições rurais e arcaicas típicas da estrutura econômica do país, sobretudo sertões adentro, e 2) estes eram recursos de caráter estratégico para um país que almejava se industrializar com alguma autonomia e estabilidade, e se, conforme Fertik, “A geografia do desenvolvimento capitalista era marcada pelo alcance espacial de cada uma das potências militares capitalistas” (2019, 810), fatalmente seria o caso de associar-se a uma delas para fazer destes setores os esteios de uma estratégia nacional de desenvolvimento. Assente nesta dupla constatação, os dirigentes do Estado forjaram seu protagonismo enquanto agente econômico superdotado, e procuraram, em tempo, provê-lo dos instrumentos necessários ao exercício de uma função planejadora.²¹

A partir de 1942, com a CSN e a CVRD se concretizando, o Estado se convertia no maior empreendedor industrial do país. Sob o regime de propriedade da União, segundo Gail Triner, “estas empresas transformaram qualitativamente o papel do Estado na economia brasileira, firmemente estabelecendo sua participação no sistema produtivo” (2011, 86). Dados os desafios relativos à acumulação doméstica de capitais em montantes necessários aos investimentos mais vultosos e de prolongada maturação, os quadros do governo buscaram, segundo Corsi, os “capitais estrangeiros para financiar o desenvolvimento, mas os empreendimentos, como no caso da borracha e do minério, deveriam ficar sob controle nacional. Essa ideia parece ser chave para entendermos o nacionalismo do Estado Novo” (2000, 218).

Oficialmente, o momento era de aprofundamento da aliança com os Estados Unidos, há décadas acalentada no Brasil. Para além da “diplomacia do dólar”, duas comissões mistas de defesa foram criadas entre ambos os países, uma sediada em Washington e outra no Rio, e se é certo que,

²¹ Cabe lembrar, a propósito, do Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional, formulado em 1939 no âmbito do principal órgão da administração federal do Estado Novo, o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). Reconhecidamente, os seus efeitos foram muito mais limitados do que o esperado, mas não é pouco relevante o fato de ter-se tratado de uma primeira experiência de planejamento em grande escala no Brasil na forma de um plano quinquenal, que previa investimentos nos setores de infraestrutura, indústria de base e reaparelhamento militar. Segundo Sônia Draibe, “Dos gastos totais efetuados para a sua implementação, cerca de 45% foram destinados aos ministérios da Guerra e Marinha, e outro tanto para investimentos em transporte, siderurgia, petróleo, Fábrica Nacional de Motores e geração de energia elétrica, nessa ordem de importância. A base financeira do Plano era constituída principalmente por taxas sobre operações cambiais, lucros sobre operações bancárias e vendas de Obrigações do Tesouro Nacional” (1985, 105).

por um lado, nem todo o equipamento e a tecnologia almejados pelos brasileiros foram conquistados, por outro, o Brasil logo se afirmou como o principal aliado latino-americano dos Estados Unidos, e sua contribuição no esforço de guerra não foi pouco significativa. Além do envio de 25 mil combatentes para a Campanha da Itália, o país foi um dos principais fornecedores de recursos então classificados como estratégicos, dentre os quais tiveram especial importância a borracha e os minerais empregados na indústria bélica, como quartzo, mica, berilo, rutilo, diamantes industriais, além dos minérios de manganês e de ferro.

A diplomacia de guerra e o estreitamento dos laços militares entre Brasil e Estados Unidos foram enormemente favorecidos por esta complementariedade de interesses na exploração mineral: os brasileiros almejavam a transferência de tecnologia, a consolidação de mercados para os seus produtos e a atração de capitais; os norte-americanos, por sua vez, tinham interesse em assegurar o fornecimento externo de recursos que não possuíam ou cujas reservas domésticas avaliavam que convinha preservar, e ainda em aprofundar o conhecimento acumulado sobre a geologia do Brasil: paralelamente à criação da CVRD, asseguravam-se as condições para a assinatura de um convênio entre o Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM) e o Serviço Geológico dos Estados Unidos (USGS) para o mapeamento detalhado do potencial mineral brasileiro.²²

No entanto, jamais deixou de se registrar certa tensão inerente às relações diplomático-minerais do Brasil com os Estados Unidos, que não chegou a ser erradicada, apesar de evoluir a assistência técnica entre o DNPM e o USGS. Como se sabe, ao retornar à presidência em 1951, Vargas terá um governo notoriamente conturbado, e um dos elementos da crise foi a questão do petróleo associada à dos limites aos empreendimentos estrangeiros no país. Naquele contexto de Guerra Fria, a ameaça de comprometimento da soberania econômica nacional, conforme as discussões sobre os termos de continuidade da aliança forjada entre os dois países para a Segunda Guerra, pairou sobre a vida pública brasileira.

Desde meados do Estado Novo, Vargas já não se mostrava exatamente satisfeito com o desfecho das negociações com os Estados Unidos. Ao analisar o seu diário, preenchido justamente apenas até 1942, ano dos Acordos de Washington, Maria Celina D'Araújo demonstra que o presidente se viu impelido pelas circunstâncias a sacrificar boa parte de sua margem de manobra

²² Megan Black demonstrou que este tipo de cooperação técnica em geologia foi um expediente norte-americano com relação à América Latina em geral. Segundo a autora, sob a premissa de colaboração científica, agentes do Departamento do Interior, do qual o USGS era um órgão, realizaram levantamentos do potencial mineral de alguns países latino-americanos, e eventualmente agenciaram a exploração destes minerais, por vezes de maneira a solapar a orientação não-intervencionista da política da Boa Vizinhança de Roosevelt (Black 2019, 19).

entre as muitas idas e vindas do intercâmbio diplomático, e que ele entendia que o Brasil, na verdade, se subordinava ao espectro estratégico dos Estados Unidos de tal maneira, que seria difícil reverter depois, se fosse o caso. Segundo a autora, apesar de conquistar o que mais almejava no curto prazo, isto é, a criação de condições para a instalação da grande siderurgia no Brasil e para a exportação de ferro em grande escala sob controle estatal, “no plano internacional [Vargas] teve que se submeter a condições que não endossava moralmente como as melhores para o país. Mas mesmo na política doméstica a concessão aos americanos fora um fermento especial a fomentar a oposição interna” (D’Araújo 1997, 37). As diferenças de Vargas em relação à política internacional norte-americana e a seus adeptos no Brasil, com efeito, reaparecerão de maneira aguda a partir de 1951, em seu segundo governo, e serão elemento catalisador da crise que teve o seu momento mais dramático com o suicídio do então presidente.

Conclusão

O problema da exploração mineral em escala industrial no Brasil foi uma via de engajamento militar no pensamento econômico do período entreguerras. No regime do Estado Novo, oficiais do Exército se distribuíram na busca de equilíbrio entre o ideário nacionalista e o imperativo de modernização da economia nacional com recurso ao capital estrangeiro, e foram personagens dos mais importantes na formulação de uma política econômica que almejava contornar a dependência externa enquanto, paradoxalmente, o país se afirmava como peça-chave do entorno estratégico hemisférico dos Estados Unidos. Juarez Távora, uma das principais figuras da história política brasileira no século XX, é personagem altamente representativo da referida busca de equilíbrio. De seu protagonismo tenentista na Revolução de 1930 e no Governo Provisório ao seu papel de promotor do capital externo na exploração do petróleo brasileiro nos anos 1950, tem-se uma expressão exemplar da história do pensamento econômico militar brasileiro.

A formação de empresas estatais estratégicas como a CSN e a CVRD, com significativa participação do Exército, expressa a determinação do governo Vargas em assumir o controle sobre estes setores básicos de uma economia que se industrializa, mas isto só foi possível graças às concessões a certos interesses externos, como o acesso às reservas minerais e ao conhecimento geológico do subsolo brasileiro. O desfecho foi crucial para a história econômica do país, mas as soluções encontradas conduziram ao agravamento de tensões internas que se expressariam em crises políticas e acirrados debates sobre o imperativo de afirmação da soberania nacional.

Referências bibliográficas:

1º Congresso Panamericano de Engenharia de Minas e Geologia. “Editorial”. *Mineração e Metalurgia*, VI, n. 33 (1942).

Ata da quarta sessão do Conselho Superior de Segurança Nacional [04/07/1939]. *Livro de Actas do Conselho Superior de Segurança Nacional* [1934-1951]. Localização: Arquivo Nacional. Código de Referência: BR DFANBSB N8.0.ATA.1.

Ata da quinta sessão do Conselho Superior de Segurança Nacional [10/10/1942]. *Livro de Actas do Conselho Superior de Segurança Nacional* [1934-1951]. Localização: Arquivo Nacional. Código de Referência: BR DFANBSB N8.0.ATA.1.

Barros, Gustavo de. “A geopolítica do minério de ferro brasileiro nos entreguerras”. *Anais do 46º Encontro Nacional de Economia*, Rio de Janeiro, 2018.

Black, Megan. *The Global Interior: Mineral Frontiers and American Power*. Cambridge: Massachussetts, Harvard University Press, 2018.

Brandão, Priscila C., Bernardo R. Carvalho, Carla D. S. Teixeira, e Igor T. C. Rocha. *Ilegais e imorais: Autoritarismo, interferência política e corrupção dos militares na história do Brasil*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2023.

Carone, Edgar. *O pensamento industrial no Brasil (1880-1945)*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1977.

Carvalho, Bernardo Rocha. “O bom, o mau e o grande: Getúlio Vargas, Lázaro Cárdenas e a política da Boa Vizinhaça de Franklin D. Roosevelt”. *Anais do 20º Encontro de História da Anpub-Rio*, Rio de Janeiro, 2022.

Carvalho, Bernardo Rocha Carvalho. “Política e minério de ferro na formação do nacionalismo econômico brasileiro no período entreguerras”. Tese de doutoramento, Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2024.

Corsi, Francisco Luiz. *Estado Novo: política externa e projeto nacional*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

D’Araújo, Maria Celina. “Entre a Europa e os Estados Unidos: diálogos de Vargas com seu diário”, *Luso-Brazilian Review*, 34, n. 1 (1997): 17-41.

Draibe, Sônia. *Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas de industrialização no Brasil, 1930-1960*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

Fertik, Edward. “Steel and Sovereignty: The United States, Nationalism, and the Transformation of World Order, 1898-1941”. Tese de doutoramento, New Haven, Universidade Yale, 2018.

Fertik, Ted. “Steel and Sovereignty”. *Enterprise & Society*, 20, n. 4, (2019): 809-925.

Gourevitch, Peter. *Politics in hard times: Comparative responses to international economic crisis*. Ithaca: Cornell University Press, 1986.

Hilton, Stanley E. *O Brasil e as grandes potências: Os aspectos políticos da rivalidade comercial (1930-1939)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

Leitz, Christian. “Nazi Germany and the Luso-Hispanic world”. *Contemporary European History*, 12, n. 2, (2003): 183-196.

Moura, Gerson. *Relações exteriores do Brasil, 1939-1950: mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Brasília: FUNAG, 2012 [1982].

Peixoto, Antônio. O Clube Militar e os confrontos no seio das forças armadas (1945-1964). Em *Os partidos militares no Brasil*, org. Alain Rouquié, 71-113. Rio de Janeiro: Record, 1980.

Rankin, Nicholas. “Posfácio”. Em *A árvore de Gernika: Um estudo de campo da guerra moderna*, org. George L. Steer, 433-444. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

Svartman, Eduardo. “Negociando a dependência: relações militares Brasil-Estados Unidos no início da Guerra Fria”. *OPSI*, Catalão - GO, 14, n. especial (2014): 160-184.

Távora, Juarez. “O contrato de ‘The Itabira Iron Ore Co. Ltd.’, em face dos interesses da economia nacional e do problema da siderurgia brasileira”. *A Defesa Nacional*, 25, n. 284 (1938): 19-54.

Távora, Juarez. “Observações à margem do nosso desenvolvimento econômico”. *Revista do Serviço Público*, 2, n. 2, Rio de Janeiro, mai. 1954.

Triner, Gail D. *Mining and the state in Brazilian development*. Londres: Pickering & Chatto, 2011.

Recebido: 24 de junho de 2025

Aprovado: 21 de novembro de 2025